

**Assembleia Municipal de Valongo**

**Celestino Neves**  
**(Independente)**

---

**Sessão ordinária de 27-04-2017**

**REQUERIMENTO**

(Aditamentos ao contrato com a **Parque VE - Gestão de Parques de Estacionamento, SA**)

**Considerando:**

1. Que não está garantido de forma clara um efectivo e credível sistema de controlo das receitas geradas nos estacionamento de duração limitada;
2. Que não está garantida a introdução de sistemas de pagamento consentâneos com o actual 'estado da arte', nomeadamente, introduzindo a possibilidade de pagamento através de apps para computador ou smartphone (Via Verde entre outras) tal como acontece já em várias autarquias (Porto e Maia por exemplo);
3. Que não faz sentido que se penalize de forma igual quem estacionou sem fazer qualquer carregamento e quem por dificuldades várias não pôde efectuar atempadamente a respectiva renovação;
4. Que é inaceitável que continuem a não se garantir direitos especiais aos moradores das zonas de estacionamento;

**Requeiro:**

- i. Que este ponto seja retirado da Ordem de Trabalhos e regresse ao órgão executivo para uma reformulação que possa acolher as preocupações atrás referidas e outras que se venham a considerar oportunas;
- ii. Que antes de regressar de novo à Assembleia Municipal, seja pedido à Associação Nacional de Municípios um parecer sobre o documento reformulado;

Valongo, 27 de Abril de 2017



200.9

## Declaração de voto Regularização e ampliação de um estabelecimento industrial

Foi submetido à apreciação desta Assembleia Municipal um pedido de reconhecimento do interesse público municipal na regularização e ampliação de um estabelecimento industrial da empresa JETCLASS – Real Furniture, SA. Esta operação suscita dúvidas à CDU, pela sua dimensão e por se realizar em área de vocação florestal.

No entanto, considerando quer o teor dos pareceres técnico-jurídicos emitidos pelos serviços municipais sobre este assunto, quer, sobretudo, a relevância económica da referida empresa para o concelho de Valongo – atestada pelo respetivo volume de negócios, pelo número de postos de trabalho que presentemente assegura e pelo número de novos postos de trabalho que a ampliação das instalações possibilitará –, votaremos favoravelmente o reconhecimento de interesse público municipal hoje em apreciação.

Solicitamos, adicionalmente, à Câmara Municipal de Valongo que acompanhe de perto este processo, de modo a assegurar o cumprimento de todas as normas urbanísticas, de segurança e de proteção ambiental no local em que se realizará a operação em causa.

Valongo, 27 de abril de 2017

A Coligação Democrática Unitária

## ~~Declaração de voto~~

### *Carta das Instalações Desportivas Artificiais do Concelho de Valongo e do Plano Estratégico de Desenvolvimento Desportivo 2021*

De leitura e análise da *Carta das Instalações Desportivas Artificiais do Concelho de Valongo e do Plano Estratégico de Desenvolvimento Desportivo 2021* – Município de Valongo, documentos em apreciação e votação na presente reunião da Assembleia Municipal, a CDU destaca alguns aspetos de relevo, a saber:

- os baixos níveis de superfície de área desportiva útil por habitante, que colocam o concelho de Valongo num patamar considerado “fraco” pelo Conselho da Europa e pela Unesco;
- a inexistência ou insuficiência de equipamentos de tipologias consideradas relevantes por estas mesmas entidades;
- o facto de uma maioria significativa dos equipamentos e instalações desportivas do concelho serem de propriedade privada/associativa, estando por isso potencialmente interditos a uma sua utilização generalizada pela população do concelho;
- a circunstância de os equipamentos e instalações desportivas existentes nem sempre corresponderem às necessidades das modalidades com maior tradição e implantação no concelho.

Estes são alguns dos mais relevantes aspetos de um diagnóstico da realidade desportiva do concelho de Valongo que urgia realizar. Neste sentido, a CDU saúda a disponibilização deste instrumento de leitura do território concelhio e sublinha a relevância da criação e publicação pela Câmara Municipal de Valongo de um Plano Estratégico sobre este domínio da realidade.

Considerando, porém:

- as fortes debilidades destacadas pela Carta e Plano mencionados, que obrigariam a investimentos mais intensos e de mais longo prazo;
  - que a metodologia de elaboração da Carta, que fundamenta as opções essenciais do Plano, considera todos os equipamentos existentes, públicos e privados, dessa forma ilidindo lacunas da ação municipal, que deveria ser central para confrontar as debilidades existentes;
  - que diversos equipamentos e instalações desportivas municipais – designadamente grandes campos de jogos e pavilhões – têm, na prática, a sua utilização pública muito condicionada pelo facto de estarem ao serviço de atividades de desporto federado/de competição;
  - que o Plano Estratégico não especifica diversas informações relevantes sobre as principais propostas do documento, designadamente quanto a localização das novas infraestruturas e equipamentos previstos;
- a CDU abstém-se na votação destes dois documentos.

Valongo, 27 de abril de 2017

Os eleitos da CDU



Doc. 4

## Intervenção

Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa,  
Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara e demais Vereadores,  
Excelentíssimos Srs. Deputados,  
Excelentíssimo Público aqui presente,

Quero aproveitar o início da minha intervenção para reforçar uma mensagem já aqui partilhada referindo que a Carta da Juventude *"é um excelente exemplo de que lados opostos, quando corretamente motivados, podem atingir um fim que serve um propósito maior"*.

Sobre a Carta da Juventude e o processo que dela resulta, colocamos as seguintes questões:

- O que levou este documento a demorar tanto tempo a ser apresentado? Sabemos que este documento começou a ser preparado, pelo menos, durante o mês de Março de 2015 e sabemos também que ele já está praticamente redigido desde Janeiro de 2016. Podemos então concluir que demorou mais de 2 anos a ser apresentado a esta Assembleia Municipal.
- Qual é o grau de assertividade com o qual será apresentado um documento orientador de políticas de juventude, que será público já no decorrer de 2017, sendo este largamente baseado em informação que já se encontra desatualizada e onde a maior parte da sua base estatística, que é preponderante, é relativa a 2011? Uma vez que os Censos apenas se realizam de 10 em 10 anos, existiu alguma actualização nos dados recolhidos?



- Mais, questionamos se existe alguma coincidência no facto de o documento estar a ser apresentado em ano de eleições? Entendemos que a juventude, e quem contribuiu para o documento, merecem mais respeito. A seriedade necessária para a produção de um documento desta natureza não permite que o mesmo seja retido para fins eleitoralistas.
- Gostaríamos que nos demonstrasse se, o dinheiro e tempo que foram investidos na realização desta carta, serão devidamente rentabilizados, e justificados.
- Para terminar, gostaríamos de saber qual o resultado que este documento já produziu, visto que este documento e as conclusões que dele se retiram, já estão, na sua maioria, prontos há mais de 1 ano.

Agradeço que seja enviado, por escrito, as respostas às perguntas colocadas.

Valongo, 27 de Abril de 2017

Pelo Grupo Municipal do PSD/PPM,

\_\_\_\_\_

## MOÇÃO CONTRA O ENCERRAMENTO DA CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS DE CAMPO

Encerrou hoje dia vinte sete de abril o balcão da Caixa Geral de Campo, sendo o único banco na União de freguesias de Campo e Sobrado que serve uma população de 15.944 habitantes (censos de 2011). Esta é uma opção que vai impedir o desenvolvimento da União das Freguesias, em particular com impacto no tecido empresarial.

A União das Freguesias de Campo e Sobrado é muita extensa, com uma área de 32,27 km<sup>2</sup>, o que obriga a fazer grandes deslocamentos. De salientar que está mal servida de transportes públicos, o que dificultará ainda mais a deslocação a uma outra instituição bancária, sobretudo por parte da população mais idosa.

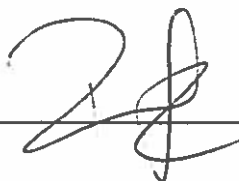
Esta decisão é um claro prejuízo para a população da União de freguesias.

A Assembleia Municipal de Valongo reunida a 27 de abril de 2017, manifesta-se de uma forma muito clara e inequívoca contra o seu encerramento.

Solicita o envio de cópia desta moção ao Conselho de Administração da CGD, ao Governo e aos grupos Parlamentares da Assembleia de República.

Valongo, 27 de abril de 2017

O Grupo Municipal PSD/PPM



---



## MOÇÃO

Tivemos conhecimento através da resposta do Governo à pergunta que lhe foi feita pelo PCP na Assembleia da República, relativa à «Situação dos Agrupamentos de Escolas da Maia e de Ermesinde» que, para o Ministério da Educação:

- o orçamento de 2016 foi feito com base em critérios rigorosos segundo os quais estão asseguradas as verbas necessárias para os encargos fixos com as instalações, como sejam, a eletricidade, a água, as comunicações e combustíveis;
- não houve qualquer congelamento ou "corte" generalizado a nível nacional;
- sempre que necessário, atendendo à execução orçamental ao longo do ano poderá ser requerido um pedido de reforço das rúbricas que não as relativas aos encargos fixos, como sejam, produtos de higiene e limpeza, reprografia e outros.

Não obstante, a informação que temos da Escola Secundária de Ermesinde e que se encontra plasmada em atas do Conselho Geral, o órgão máximo da Escola onde a Câmara também tem assento através do Senhor Vereador da Educação, é precisamente o contrário.

Assim, na reunião de vinte e três de novembro de dois mil e dezasseis, foi dito neste órgão que:

- "têm sido enviados vários ofícios para a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGESTE) e para o Instituto de Gestão Financeira da Educação (IGEFE), a solicitar o reforço da verba atribuída ao Agrupamento de modo a poder proceder ao pagamento de faturas que se encontram pendentes, contudo não se obteve ainda resposta.";
- "tem vinte e quatro mil euros de faturas para pagar (eletricidade, comunicações, água, gás, assistência técnica informática, diversos outros serviços) mas que não (se) pode prever quando (se) procederá ao pagamento das mesmas pois não há verbas.";

AMR



- "recebeu hoje (23 de novembro de 2016) da EDP um aviso de corte do fornecimento de energia elétrica, que será executado a cinco de dezembro ... se até essa data não for feito o pagamento da despesa";

- foi também dito que só poderiam pagar uma das faturas da EDP, e que várias despesas iriam ficar por pagar naquele mês.

De salientar <sup>que</sup> as dívidas não resultavam de uma má gestão, pois não houve agravamento da despesa relativamente ao ano anterior, antes, segundo uma intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ermesinde, "a verba atribuída pelo Orçamento de Estado para este ano letivo foi trinta mil euros inferior que no ano letivo anterior e que este tem sido o panorama desde dois mil e onze até à data, contando-se já com um corte de cento e vinte mil euros."

Também na reunião do mesmo órgão, realizada em vinte e seis de janeiro de dois mil e dezassete, este assunto foi tratado, pois a situação estava a tornar-se "preocupante, na medida em que, devido aos sucessivos cortes no Orçamento de Estado destinado à Educação, (...) existem inúmeras despesas de dois mil e dezasseis que estão ainda por pagar e que serão liquidadas pelo Orçamento de dois mil e dezassete."

Foi dito na reunião que "o défice do Agrupamento, acumulado até dezembro de dois mil e dezasseis, corresponde a um ano de saldo negativo, respetivamente cento e treze mil euros, pelo que cerca de oitenta por cento do Orçamento para o ano de dois mil e dezassete está já cativo/ gasto em despesas do ano transato."

O Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde, Luís Ramalho, lembrou que "se as despesas de água e eletricidade, inerentes às obras de requalificação da Escola-Sede, ficarem a cargo do Agrupamento estas terão grande impacto no Orçamento para o presente ano civil." – o que ainda vai agravar mais a situação do Agrupamento.

Acresce-se que em finais de janeiro o Agrupamento ainda não tinha procedido ao "pagamento dos subsídios relativos a manuais e materiais escolares, bem como das bolsas de mérito", sendo que tal normalmente acontece "no mês de dezembro de cada ano letivo", porque o Agrupamento ainda não tinha recebido a verba da Ação Social Escolar (SASE), destinada a este efeito.

LINK

2/5



Face ao exposto o Grupo Municipal do PSD manifesta a sua preocupação relativamente:

- à situação económico-financeira desesperante em que se encontra a Escola Secundária de Ermesinde;
- à contradição entre a versão do Ministério da Educação e da Escola de Ermesinde relativamente à redução orçamental, não tendo qualquer dúvida do lado em que está a verdade, isto é, não tendo qualquer dúvida que a Escola tem tido uma gestão equilibrada e escrupulosa e que a falta de dinheiro se deve não a um aumento de despesa, mas sim a uma redução da receita.

Assim sendo,

A Assembleia Municipal de Valongo, reunida aos 27 dias do mês de abril de 2017, propõe a aprovação de uma MOÇÃO instando

- o Ministério da Educação a esclarecer, o mais breve possível, a situação;
- a adotar as medidas necessárias – reforço do orçamento – ao normal funcionamento da Escola Secundária de Ermesinde.

Mais propõe que se prove dar conhecimento da presente moção ao Senhor Ministro da Educação, à Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, ao Instituto de Gestão Financeira da Educação, ao SASE e aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República.

*Junta: mapa de despesas de 2016 não autorizadas por falta de  
cobertura orçamental - Anexo I*

Valongo, 27 de abril de 2017

Pelo Grupo Municipal PSD/PPM

*Rosa Maria de Sousa Martins Rocha*  
(Rosa Maria de Sousa Martins Rocha)

Anexo 1 - Anos sobre Escola Secundária  
de Évora do P.S D/PPM

MAPA DESPESAS DE 2016 NÃO ASSUMIDAS POR FALTA DE CABIMENTO ORÇAMENTAL

FORNECEDOR	FATURA	DATA PAGAMENTO	VALOR	
BeWater	20999169	28-11-2016	499,50	a)
BeWater	21001738	05-12-2016	1.675,73	a)
BeWater	11005906	22-12-2016	484,94	a)
EDP	11160000823546	26-12-2016	2.083,43	a)
EDP	11160000823537	26-12-2016	2.907,62	
EDP	11160000890263	31-01-2017	4.272,34	
EDP	11160000890262	31-01-2017	2.745,17	
EDP	11160000943806	13-02-2017	2.616,67	
EDP	11160000943819	13-02-2017	4.734,51	
EDP	12160000027591	13-02-2017	16,45	
NOS	201602/646363	29-12-2016	443,59	a)
NOS	11160798887	01-12-2016	104,06	a)
NOS	12160657541	01-01-2017	110,70	a)
PT EMPRESAS	492811224	29-12-2016	157,49	a)
PT EMPRESAS	636985476	16-12-2016	19,11	a)
PT EMPRESAS	636985481	16-12-2016	62,48	a)
PT EMPRESAS	636985480	16-12-2016	24,02	a)
PT EMPRESAS	492123211	27-12-2016	32,99	a)
PT EMPRESAS	637585613	26-12-2016	28,99	a)
PT EMPRESAS	492811387	29-12-2016	96,91	a)
PT EMPRESAS	492817149	29-12-2016	65,54	a)
PT EMPRESAS	638994249	11-01-2017	24,02	
PT EMPRESAS	638994245	11-01-2017	19,11	
PT EMPRESAS	638994250	11-01-2017	62,48	
BCN	125545	12-11-2016	357,62	a)
BCN	125544	12-11-2016	856,92	a)
BCN	125550	12-11-2016	56,27	a)
BCN	125549	12-11-2016	392,00	
BCN	125548	12-11-2016	15,58	a)
BCN	125547	12-11-2016	13,94	a)
BCN	125546	12-11-2016	445,88	
BCN	126081	11-12-2016	1.201,71	
BCN	126082	11-12-2016	358,13	
BCN	126083	11-12-2016	445,88	
BCN	126085	11-12-2016	12,85	
BCN	126086	11-12-2016	15,58	
BCN	126087	11-12-2016	392,00	
BCN	126088	11-12-2016	10,32	
BCN	126089	11-12-2016	124,35	
BCN	126665	14-01-2017	1.079,79	
BCN	126666	14-01-2017	392,31	
BCN	126667	14-01-2017	445,88	
BCN	126668	14-01-2017	15,58	
BCN	126669	14-01-2017	392,00	
BCN	126670	14-01-2017	15,57	
BCN	126671	14-01-2017	50,77	
J.T. INFORMÁTICA	4/323	16-09-2016	492,00	a)

J.T. INFORMÁTICA	4/333	24-10-2016	492,00	
J.T. INFORMÁTICA	4/342	21-11-2016	492,00	
J.T. INFORMÁTICA	4/349	05-12-2016	492,00	
THYSSENKRUPP	1506160114	01-07-2016	129,59	a)
THYSSENKRUPP	1506192910	05-10-2016	129,59	
THYSSENKRUPP	1506225838	05-01-2017	129,59	
INFORÁRIOS	654	11-09-2016	164,19	a)
INFORÁRIOS	829	30-11-2016	164,19	
INFORÁRIOS	746	03-11-2016	164,19	
V.G.V.-GÁS	934	26-10-2016	292,52	a)
V.G.V.-GÁS	271	23-11-2016	303,72	
REPSOL-DEP. GÁS	12110241831	27-09-2016	772,10	a)
GALP ENERGIA	2232712897	20-09-2016	1.773,73	
APAR-FORMAÇÃO	481	02-11-2016	200,00	a)
DISPLR	45	28-10-2016	391,14	a)
CREATIVESHIFT	116/14	17-06-2016	1.057,50	a)
DIFERENT	29102	16-12-2016	8,50	
ELETRIFICADORA MOREIRA	511	11-12-2016	853,93	
DESLOC. LISBOA-ALUNO	COMBOIO	24-05-2016	62,00	
		<b>TOTAL</b>	<b>38.943,26</b>	
a) faturas assinaladas, pagas com duodécimo de janeiro 2017			<b>10.688,85</b>	

5/5

## Voto de Pesar

Faleceu no passado dia 13 de fevereiro a Dra Sofia Freitas. Destacada cidadã valonguense, desempenhou vários cargos associativos e políticos em Valongo, nomeadamente enquanto presidente desta Assembleia Municipal no mandato 2005/2009. Foi, ainda, presidente do Núcleo Cultural e Recreativo de Valongo durante sete anos e membro da Assembleia de Freguesia de Valongo entre 2009 e 2013.

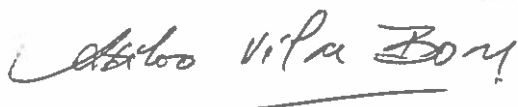
A Dra. Sofia Freitas foi uma pessoa dedicada a Valongo, a quem deu o melhor de si. Ao lembrar a sua antiga Presidente, a Assembleia Municipal de Valongo presta, à mulher e autarca, singela, mas merecida homenagem.

**Desta forma, a Assembleia Municipal de Valongo, reunida em 04 de maio – 2ª reunião da Sessão Ordinária de 27 de abril de 2017, aprova um voto de pesar pela morte da Dra. Sofia Freitas, apresentando à sua Família as sentidas condolências.**

Este voto de pesar será comunicado à Família da Dra. Sofia Freitas

Valongo, 04 de maio de 2017

A Mesa da Assembleia Municipal

  
António Vila Boas